

FEMINISMO E POLITICA: DOS ANOS 60 AOS NOSSOS DIAS

*Maria Lygia Quartim de MORAES**

RESUMO: A transgressão é o ato de ir além de um limite, de ultrapassar um ponto determinado. Não se trata propriamente de oposição, mas de superação. Partindo da hipótese de que o feminismo exprime o mal-estar das mulheres com respeito às relações de gênero e aos limites sociais impostos pelo machismo e pelo patriarcalismo, não há como negar que ao longo da história da humanidade tivemos vários tipos de feminismo. Todos os feminismos têm, no entanto, um ponto em comum: ele é sempre transgressor. Este texto retrata um período histórico rico em transgressões, cujo ponto de inflexão são as revoltas de 1968 e tudo o que trouxeram de novo para a contemporaneidade. E, desse período, um acontecimento em especial marcou o século XX: a emergência das mulheres como sujeitos de sua própria história.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Feminismo. Transgressão. Códigos de gênero.

A geração política

Em entrevista concedida em 1970, Hanna Arendt exprimiu sua admiração pelas revoltas estudantis de 1968 nos seguintes termos:

Abstraindo as diferenças nacionais, que naturalmente são muito grandes, e levando em conta somente que se trata de um movimento global – algo que nunca aconteceu nesta forma antes – e considerando [...] o que realmente diferencia esta geração em todos os países das gerações anteriores, [...] é sua determinação para agir, sua alegria em agir, e certeza de poder mudar as coisas pelos seus próprios esforços. (ARENDDT, 1994, p.174-175).

* UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia, Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Campinas – SP – Brasil. 13083-857 – maria_quartim@uol.com.br

Vinte anos depois, Immanuel Wallerstein, no discurso de abertura do seminário “1968 as a Global Event” (WALLERSTEIN, 1989, p.165), afirmou que 1968 foi uma revolução no sistema mundial e uma revolução desse próprio sistema. Concordando com Arendt, o autor aponta a novidade do que acontecia naquele momento e vai além, ao afirmar que 1968 foi um momento de ruptura histórica, que criou um antes e um depois. Após 1968, ficou difícil afirmar que o proletariado ainda era a única vanguarda revolucionária. Nesse sentido, os grupos minoritários, cujos interesses eram desconsiderados em nome da revolução proletária que aboliria todas as formas de opressão, decidiram não mais esperar pela salvação no futuro. Assim, “[...] a importância real da revolução de 1968 deve-se menos à sua crítica ao passado do que às questões que levantou para o futuro.” (WALLERSTEIN, 1989, p.176).

Na verdade, as barricadas de Paris, o massacre dos estudantes no México, os levantes de Praga, as manifestações contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos, a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro e o 1º de maio de protestos violentos em São Paulo ocorrem simultaneamente, mas por motivos e em contextos diferentes. É inegável, por outro lado, que a novidade da “revolução de 68” foi a juventude dos protagonistas. É quando um grande contingente dos jovens entre 18 e 25 anos, nascidos no pós-guerra e no período da prosperidade capitalista dos anos 50, faz sua aparição pública. Este é, de fato, o denominador comum na saída às ruas, na forma de manifestações e na radicalidade política.

Na América do Sul, a partir de meados dos anos 60, com o golpe militar no Brasil, inicia-se um longo período de trevas que foi se propagando pelo Uruguai, Chile, e Argentina, obrigando a milhares de pessoas a se refugiarem em países europeus e no México, país de preferência para os exilados¹ que dominavam o espanhol. A experiência do desterro é sempre traumática, especialmente nos primeiros anos. Ela implica, na maior parte dos casos, uma perda de status social, muito semelhante ao sucedido com outros povos expulsos de seus locais de nascimento, ademais das perdas de referências familiares e da cultura nacional.

O Brasil nos anos 60

A geração dos 60 no Brasil crescera no pós-guerra e conhecera um dos mais longos períodos de governo democrático. Aquilo que se denominava de

¹ Não obstante as diferenças formais entre o estatuto de refugiados, exilados e fugitivos políticos, utilizarei essas denominações como sinônimas, pois o que interessa é pontuar o fato de que, por razões de perseguição política, milhares de latino-americanos tiveram de abandonar seu país de origem, especialmente nas décadas de setenta e oitenta.

modernização, na forma de industrialização e urbanização, significou a supremacia do Capital Industrial e das cidades sobre o capital agrário e o velho ruralismo. As classes médias expandiram-se e os valores da tradicional família católica começaram a ser questionados. Em nosso país, a juventude de esquerda também desempenhou um papel importante na crítica ao imobilismo dos partidos comunistas oficiais. Nos anos 1960, a falta de liberdade política nos países socialistas e outras degenerescências já eram rechaçadas por muitos jovens, homens e mulheres que aderiram à luta armada, muitos deles oriundos dos partidos de esquerda oficiais. A vitória das teses guevaristas no seio dos partidos comunistas tradicionais partiu de um compromisso político entre militantes comunistas e trotskistas e o movimento estudantil, que foi se radicalizando no decorrer dos anos.²

Por outro lado, se observarmos a cronologia dos acontecimentos que levaram ao confronto armado, fica claro que a resistência política nos anos 1965 a 1968 deslocou-se principalmente para a esfera intelectual e artística. Nesse sentido, o sociólogo Celso Frederico (1995, p.188) argumenta que o fechamento da participação política institucional após o golpe de 64 tornou a esfera cultural um espaço de resistência à ditadura. Em suas palavras:

A contestação inicial do regime foi feita basicamente pela *intelligentsia* radicalizada, num momento dramático em que a classe operária encontrava-se desmobilizada e sofrendo uma repressão que os donos do poder não ousavam estender para as classes médias intelectualizadas. É este o contexto de onde surgirá um aguerrido movimento estudantil que, a partir de 1966, ocupou as ruas das principais cidades do país, desafiando a ditadura.

É a importância desse *ethos* revolucionário que não se pode perder de vista. Os estudos que se limitam a analisar a participação dos jovens à luz da política *strictu sensu*, descuidando do ambiente cultural, perdem de vista aquilo que constitui precisamente a grande novidade da resistência armada ante-ditadura militar.

Do movimento estudantil à luta armada

A permanente perseguição aos militantes sindicais, às lideranças estudantis, aos intelectuais e aos ativistas da oposição em geral levou ao que se chamou de **refluxo do movimento de massa** nos anos seguintes ao golpe de 64. No entanto, em

² A Ação Libertadora Nacional, que uniu os comunistas históricos Carlos Marighela e Joaquim Câmara Arruda com jovens universitários, é o melhor exemplo desse encontro entre militantes da chamada velha esquerda e os egressos do movimento estudantil, além de muitos intelectuais e artistas.

1968, novas lideranças sindicais e a extrema politização do movimento estudantil tomaram as ruas, desafiando o regime. Marcelo Ridenti (1993), ao analisar a esquerda armada nos meios intelectuais, enfatiza a presença de estudantes nos grupos de esquerda que constituem 24,5% dos 3.698 processados pela Justiça Militar. No tocante à resistência armada essa proporção aumenta para 30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas. Dados que confirmam a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos entre 1966 e 1968 (RIDENTI, 1993).

Analisando a faixa etária dos acusados, o mesmo autor observa que cerca de 52% dos 2.645 tinha menos de 25 anos de idade quando processado, sendo que, em algumas organizações, a presença de jovens entre 19 e 21 anos era muito grande. Isso em contraposição à composição etária dos processados do Partido Comunista Brasileiro em 1964, na sua maior parte homens mais velhos, militares de carreira, políticos conhecidos e sindicalistas com longos anos de atuação. Mas a dimensão histórica da presença dos jovens e das mulheres entre as vítimas da ditadura militar só fica clara em vista do conjunto de circunstâncias que produziu o encontro dos ideais da nova esquerda europeia com a politização da juventude universitária brasileira.

Para a juventude que aspirava maior liberdade na vida pessoal, a ditadura foi um duro golpe. A agitação e a efervescência dos anos 1965/1969, com seus festivais de música e de cinema e os grandes encontros estudantis, foi substituída pelo medo da atuação impune do terrorismo de Estado contra os “subversivos”. A moral cristã era tão onipresente que, nas invasões realizadas pela polícia no CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo) as pílulas anticoncepcionais e as bombas *molotov* constituíam, com o mesmo *status*, provas incriminadoras. Uma estudante em cuja bolsa fosse encontrada cartela de pílulas era considerada puta. Essa é uma dimensão de gênero que tem sido deixada de lado na produção acadêmica sobre o tema das revoltas estudantis contra a ditadura militar.

No Brasil dos anos 60 e 70, a presença das mulheres na luta armada representou uma profunda transgressão ao que era designado como próprio ao sexo feminino. Mesmo sem formular uma proposta feminista deliberada, as militantes “comportaram-se como homens”: pegaram em armas e assumiram um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, transformando-se, como apontou Garcia (1997), “[...] em um instrumento em si de emancipação.” A transgressão de gênero teve, na repressão e na tortura, uma dimensão punitiva específica.

Os limites da vida burguesa e acanhada foram alvos de sua revolta, mas a partir da experiência universitária as restrições impostas pela ditadura militar

tornaram-se seu alvo privilegiado. A mulher que extrapolou seu universo doméstico e feminino para “agir como homem” recebe uma estigmatização adicional por desafiar o “código de gênero de sua época”, tal como sucedeu com as mulheres que participaram da resistência armada. Em *Tiradentes: um presidio da ditadura*, a experiente política Dulce Maia (1997, p.99) relata o seguinte:

Tendo sido a primeira mulher sequestrada com envolvimento direto em ações de luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente “especial”. O primeiro, aquele mesmo tratamento que dispensavam a meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e intolerância do regime ilegítimo dos militares. O, segundo, pela minha condição de mulher, atrevimento duplo.

A partir dos dados coletados pelo *Projeto Brasil, Nunca Mais* se comprova a juventude dos presos políticos, principalmente das mulheres. Quase 90% das acusadas de São Paulo tinham entre 20-29 anos, muitas eram estudantes de graduação ou pós-graduação, muitas da USP. A radicalidade da experiência da luta armada deixou marcas profundas nos jovens de ambos os sexos. A mudança dos códigos instaurou uma nova ordem de relação entre homens e mulheres. Insisto na dimensão da juventude e no fato da grande maioria ser constituída por solteiros. Foi no exílio que muitos criaram família e onde se acirrou a contradição de gêneros. As queixas das ex-guerrilheiras não se diferenciavam muito do normal das mulheres, especialmente no tocante às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Por outro lado, ante o machismo reinante nas concepções dos partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada foi uma enorme ruptura com relação às lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens.

A experiência do exílio e os exilados latino-americanos

Os deslocamentos populacionais, motivados pelas guerras, fome, catástrofes naturais ou opressão política, caracterizam nossa época. Os impactos dos deslocamentos de origem política sobre os exilados brasileiros dos anos 70 é um tema ainda pouco estudado. Inicialmente, é importante assinalar a juventude dos exilados, ex-militantes da luta armada, para os quais as possibilidades de transformação pela experiência do exílio foram maiores dos que para os mais velhos. Cumpre também ressaltar que no caso brasileiro o exílio político não atingiu milhares de pessoas de todas as classes sociais, mas sim uma parcela menor, em grande parte pertencente à classe média intelectualizada.

Evidentemente que a experiência do exílio foi extremamente diversificada mas, em muitos casos, permitiu o contato íntimo com outras realidades, quando não a aculturação de muitos exilados. Em *O homem desenraizado*, Tzvetan Todorov (1999, p.24) fala da capacidade humana de “[...] aquisição progressiva de uma nova cultura, de que todos os seres humanos são capazes.” Cada país em que os exilados se fixaram permitiu um tipo específico de acultramento, isto é, de mudanças de valores e de perspectiva. Existem três experiências que considero as mais profundas: a experiência do socialismo real para todos aqueles que viveram em Cuba; a experiência da transição pacífica (e frustrada) para o socialismo daqueles que viveram no Chile e a experiência do Estado de Bem Estar numa democracia capitalista, como a França e a Suécia.

CUBA

Como o Brasil romperia relações com Cuba, a ida à ilha implicava um esquema clandestino utilizado preferencialmente pelos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), cujo dirigente mais conhecido, Carlos Marighella, aderira às teses castro-guevarista³ e se consolidara como principal interlocutor político com os cubanos. Dessa maneira, a maior parte dos militantes brasileiros em Cuba lá estava para realizar treinamento militar, à procura de um asilo seguro para educar seus filhos, como no caso de Maria Lamarca em 1969. Nessas condições, a estada em Cuba tinha um custo muito alto para os retornado(a)s brasileiro(a)s que tinham feito treinamento militar. Denise Rollemberg (1999, p.190), com certa dose de humor negro, refere-se a esse treinamento como “um vestibular para o cemitério”.

O treinamento era dado para pequenos grupos e teve início logo após o encontro da *Organização Latino Americana de Solidariedade* – OLAS em 1966, origem da adesão do dirigente comunista Carlos Marighella às teses guevaristas. As poucas brasileiras que iam para Cuba até 1969. Não recebiam treinamento militar, assim como outras latino-americanas. Essa era uma convenção de gênero do ideário revolucionário: as mulheres seriam enfermeiras ou elementos de apoio logístico. Com o assassinato de Carlos Marighella e as prisões e quedas que se sucederam, dezenas de brasileiros de ambos os sexos aportaram em Cuba. Dado que muitas das mulheres tinham participado nos Grupos Táticos de Ação (GTA), foi grande a pressão que fizeram sobre os responsáveis cubanos, conquistando o direito de fazerem o mesmo treinamento militar até então exclusivamente masculino. Essa foi uma das transgressões aos códigos de gênero então dominantes.

³ A adesão ocorreu no encontro da Organização Latino- Americana de Solidariedade (OLAS) em 1966.

Não obstante sua legislação igualitária com respeito a relação de gêneros, na prática cotidiana havia muito machismo e moralismo. Um homem considerado “corno” seria afastado de uma posição de destaque e os dirigentes militares se constringiam ao ver cenas domésticas de guerrilheiros cuidando de bebês. Grande parte das brasileiras era solteira ou separada. Dada a escassez de moradias, os casais de namorados encontravam dificuldades para transar. Havia um parque com uma região delimitada para encontros carnavais e algumas poucas pensões que desempenhavam papel de motéis. Quando as brasileiras começaram a frequentá-las se deram conta que só os homens permaneciam nas filas (*colas*), enquanto suas companheiras ficavam escondidas por perto, só aparecendo no momento de entrar no quarto. As brasileiras inauguraram o costume de ficar com seus parceiros na fila, conversando calmamente enquanto esperavam. Mais uma convenção de gênero, de não pouca importância, contestada na prática.

CHILE

Após o golpe de 1964, o exílio passou a ser uma realidade para muitos dos perseguidos pela ditadura militar. Lideranças políticas e sindicais asilaram-se, com alguma frequência, em países do Cone Sul. O Chile foi um dos países de acolhimento, por sua relativa tradição democrática e pela presença de uma série de organismos e instituições como a CEPAL e a FLACSO. A partir de 1969, também foi o refúgio de remanescentes de grupos armados e de pessoas cujas atividades estavam sob a mira da repressão político-militar, como jornalistas, estudantes e professores universitários. O fluxo em direção ao Chile cresceu com a eleição de Salvador Allende e a perspectiva de um governo popular num país tão próximo ao Brasil.

Chile foi o país em que os brasileiros conseguiram maior integração, quer seja do ponto de vista do trabalho como, principalmente, do ponto de vista da participação política. Ao mesmo tempo, foi uma comprovação na prática de que a solidariedade entre mulheres não ultrapassava a luta de classes. Foi muito forte a participação das mulheres chilenas de classe média e alta contra o governo Allende que promovera várias reformas para melhorar a situação das trabalhadoras domésticas, ampliar os direitos trabalhistas e aumentar o número de creches. Os padres nas igrejas pregavam contra o governo e as reacionárias (*las momias*) promoviam **panelaços** ao final do dia nos bairros nobres da cidade.

A queda de Allende resultou na morte de um projeto político generoso e o fim das esperanças dos outros latino-americanos que lá estavam. Poucos hinos retratam melhor as consequências mais imediatas do golpe de estado do que próprio hino nacional que diz que o que o Chile seria o asilo contra a opressão ou, então, a

tumba dos livres.⁴ Em poucos dias, os milhares de refugiados latino-americanos que, fugindo da opressão política em seus países de origem tinham encontrado refúgio no Chile, foram perseguidos e expulsos desse mesmo país que agora se tornara o túmulo da liberdade.

FRANÇA

A partir de 1973, o golpe de estado no Chile, o acirramento da repressão política na Argentina e a permanência da ditadura militar brasileira, em plena prosperidade do **milagre brasileiro**, concentraram em Paris centenas de fugitivos. Além dos exilados, o clima de terror e a repressão política reinantes no Cone Sul estimulavam a saída de universitários para pós-graduações europeias. A França tornou-se o epicentro do asilo político, reforçando os laços entre a esquerda francesa e os militantes políticos. As exiladas entraram em contato estreito com o movimento de mulheres e feminista franceses, que nos anos 70 estavam no seu auge político.

A influência do feminismo francês na formação das brasileiras foi ponderável, especialmente com a constituição do *Circulo de Mulheres* composto por exiladas e estudantes brasileiras no exterior. O impacto dessa experiência foi especialmente forte entre as mulheres que, no encontro com o feminismo europeu, passaram a refletir sobre sua própria situação. A dimensão subjetiva foi finalmente reconhecida e entrou no rol das questões políticas. Em muitos sentidos, o exílio foi um tempo em suspensão. Em sua auto-representação, as brasileiras se viam como exiladas, e não como imigrantes, diferentemente dos milhares de cidadãos chilenos e argentinos que foram obrigados a viver no exterior sem perspectiva de volta.

O exílio também implicou sofrimento, preconceitos, dificuldade em dominar o francês e em se manter financeiramente. Mas não deixou de ser – para muitas – uma experiência intensa e positiva. Levando em consideração os limites de opção sob a ditadura militar e o sofrimento daquelas que foram presas e cumpriram pena, o exílio francês pode ser lembrado com saudades.

Para muitos brasileiros e brasileiras que viveram em Paris nos anos 70/80, o sentido da palavra **republicano** ganhou um significado muito forte de educação, saúde e cultura para todos. Passamos a enxergar com outros olhos a experiência de uma bem sucedida medicina socializada, as crianças usufruíam excelentes escolas públicas. Com o crescimento eleitoral, a esquerda francesa estava no auge e a França tornou-se o grande centro irradiador do feminismo europeu.

⁴ *O la tumba será de los libres o el asilo contra la opresión.*

O país vivia uma ebulição social e a liberalização do aborto era uma reivindicação nacional, encabeçada pelas feministas com o apoio dos partidos comunistas e socialistas. A esquerda mantinha uma atitude de solidariedade para com os exilados políticos: estudantes e exiladas foram acolhidas pelos movimentos de libertação da mulher e puderam participar do debate no interior das esquerdas. Dessa maneira, o feminismo brasileiro dos anos 70 desenvolveu-se no interior da esquerda militante. Foi em contato com o feminismo francês que as brasileiras encontraram o contexto ideal para elaborarem seu próprio feminismo.

Em termos cronológicos, a primeira organização de brasileiras em Paris surgiu em 1972, com a psicóloga Danda Prado como uma das principais articuladoras. O grupo incluía latino-americanas de várias origens e era conhecido como *Nosotras*, funcionando como grupo de discussão e de reflexão, um exercício que tinha algo de terapia de grupo e já era praticado nos círculos feministas europeus. O nome serviu de inspiração para o *Nós Mulheres*, primeiro jornal feminista publicado no Brasil em 1976.

As experiências do *Debate* e do *Círculo de Mulheres*

Os brasileiros exilados na França organizaram-se em vários grupos políticos, que acompanhavam as tendências da esquerda brasileira: leninistas, maoístas, etc. No final dos anos 60 surgiu, em Paris, o grupo *Debate*, organizado em torno da liderança intelectual de João Quartim⁵. O *Debate*, que adquiriu um grande prestígio e permaneceu ativo até 1979, constituiu uma etapa importante para que as feministas brasileiras ligadas ao pensamento marxista percebessem a necessidade de uma militância direcionada para a questão da mulher.

O discurso da militância no exterior visava, inicialmente, o conjunto dos exilados. Disso não destoava a publicação do grupo *Debate*, que se posicionava a serviço da “reorganização dos comunistas” de forma geral. Uma parte considerável das militantes do grupo não tinha, aliás, qualquer vocação feminista. Os artigos sobre o tema da opressão recorriam à literatura dos clássicos marxistas e se apropriavam das análises da *New Left Review*. O empenho teórico do *Debate* gerou uma grande quantidade de textos que propunham uma análise marxista do trabalho feminino e da família, por exemplo, mas os textos sobre sexualidade eram descartados pelo grupo, que em sua maioria não considerava o tema importante nem passível de discussão.

⁵ Professor de filosofia da USP fundador da VPR com a qual rompeu no final de 68 por discordar do militarismo.

Da mesma forma, o grupo de jovens, que constituiu o núcleo inicial do trabalho com mulheres entre as exiladas brasileiras no Chile, produziu já em Paris, após o golpe de 1973, um primeiro documento conjunto no qual reiteraram a adesão à revolução socialista. No entanto, o contexto francês, se estimulou o espírito revolucionário, também comprovou, na prática, a importância da solidariedade feminista. Aos poucos, o grupo adquiriu uma feição muito peculiar, com as mulheres organizando-se para discutir temas e compartilhar experiências. Foi então que a guerra dos sexos teve início e o machismo passou a ser um tema importante. Na perspectiva das militantes atraídas pelo feminismo, fez-se necessária a criação de grupos de discussão específicos sobre a questão da mulher. Assim surgiu o *Coletivo de Mulheres no Exterior* ou *Círculo de Mulheres Brasileiras*, cujas participantes haviam sido direta ou indiretamente ligadas à luta armada, eram muito jovens e não tinham filhos. Ao mesmo tempo, a liberdade oferecida pela cidade permitiu um estilo de vida que colocou as condições para o confronto de gênero. É importante frisar, mais uma vez, que as mudanças mais profundas proporcionadas pela experiência do exílio foram no campo do cotidiano. Foi no exterior que as militantes começaram a desertar dos grupos políticos, partindo em direção aos grupos feministas. Aos poucos, o *Círculo de Mulheres* transformou-se na mais dinâmica, atuante e influente dentre as organizações no exterior.

A adesão ao feminismo correspondeu, para muitas mulheres, à politização das relações de gênero. Assim, as feministas do grupo *Debate*, por exemplo, não abandonaram o campo da esquerda socialista e comunista, apesar do confronto com as posições dos Partidos Comunistas. O hoje extinto PCB reproduzia os preconceitos já apontados nas resoluções das Internacionais, era conservador do ponto de vista moral e continua a se dirigir a um modelo de mulher alienada ou pouco politizada, que devia ser levada para a causa socialista sem maiores contestações às relações de subordinação da mulher. A experiência francesa foi tão determinante, que mesmo militantes históricas como Zuleika d'Alambert, que no exílio chileno fazia uma defesa intransigente da linha do PC (o que significava privilegiar os termos econômicos em detrimento dos culturais e familiares), terminou por se converter ao feminismo após alguns anos em Paris.

A imprensa alternativa feminista no Brasil

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçaram a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida; os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde, entre outros. Assim, uma das principais

características assumidas pela resistência popular foi a criação de novos tipos de organização. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram a prática política no país.

Ainda nos anos em que a repressão militar liquidava fisicamente muitos dos oponentes (em 1976, além das mortes ocorridas no quadro da Operação Condor, houve o assassinato de várias militantes do Partido Comunista do Brasil- PCdoB no episódio que ficou conhecido como “a chacina da Lapa”, nome do bairro em que se encontrava o local da reunião, na cidade de São Paulo e o assassinato da estilista Zuzu Angel⁶ no Rio de Janeiro), o movimento feminista aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas”, exercendo um papel ativo na campanha nacional pela anistia desde 1975. Durante esse ano, que marca o início da Década da Mulher da Organização das Nações Unidas, as feministas conseguiram se organizar em torno de seus problemas específicos, pondo em contato mulheres de diferentes setores sociais, especialmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Dadas as profundas diferenças culturais e sociais dentro da sociedade brasileira, a qualidade e o alcance do movimento de mulheres variou enormemente, sendo que seu desenvolvimento mais forte concentrou-se nos principais centros urbanos.

A partir de 1975, as primeiras feministas do *Debate* retornaram ao Brasil e integraram o primeiro grupo feminista em território nacional, o *Nós Mulheres*. O grupo agregava cerca de 20 participantes, jovens em sua maioria e oriundas das classes médias. O primeiro editorial do jornal *Nós Mulheres*, escrito por duas ex-militantes do *Debate*, trata da dupla jornada de trabalho (em casa e fora dela) e propõe uma série de reivindicações, nas quais as políticas de Estado aparecem como solução. Reunindo-se semanalmente para discussões de textos sobre a questão da mulher, as feministas dos *Nós Mulheres* divulgavam suas ideias participando de grupos comunitários e atuando nos sindicatos. Muitas faziam estudos universitários e escreviam sobre temas conexos ao feminismo. Participavam de fóruns mais amplos, que reuniam diversos tipos de grupos de mulheres e, *last but not least*, davam festas animadas para coletar fundos. A cidade de São Paulo, sede do grupo, apesar de ser a mais rica e desenvolvida do país, preservava os velhos preconceitos de que à noite as mulheres não saem sós. As jovens do *Nós Mulheres* gostavam de *épater les bourgeois*, andando em grupos de 10 e frequentando danceterias, bares e restaurantes. Assim, o que hoje são vistos como fatos corriqueiros, em meados dos anos 70 eram considerados comportamentos transgressores.

⁶ Nos anos 70, seu filho Stuart, ativista contra o regime militar, foi preso e morto nas dependências do DOI-CODI. A partir daí, Zuzu entraria em uma guerra contra o regime pela recuperação do corpo de seu filho, envolvendo até os Estados Unidos, país de seu ex-marido e pai de Stuart. Essa luta só terminou com o seu assassinato em 1976 por integrantes do regime militar; o assassinato foi forjado para parecer um acidente automobilístico no Rio de Janeiro, no túnel que leva hoje seu nome.

Analisando a produção do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher*, que reunia militantes de origem maoísta, notamos a permanência das teses marxistas, que tinham a economia e a política como eixos. As articulistas defendiam a centralidade da luta anticapitalista, na medida em que, numa sociedade do grau de desigualdade social como a brasileira, toda e qualquer reivindicação de melhoria de vida passa pela dimensão econômica mas, concomitantemente, propunham a autonomia do movimento de mulheres.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”, a denúncia do sexismo dos livros escolares, as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. Como veremos adiante, a transformação do contexto político resultante destas novas militâncias – em que o feminismo marcou presença– ampliou o cenário do embate político e a relação dos movimentos sociais com o Estado. A visibilidade e a capacidade de mobilização do feminismo político nos anos 70 reordenou de alguma maneira o espaço político.

A institucionalização progressiva: ONGs, Conselhos, etc.

Há que ressaltar ainda a atividade de financiadoras estrangeiras e a crescente hegemonia do modelo norte-americano no movimento de mulheres no Brasil. A experiência institucional realizada através da Fundação Ford serviu de paradigma para a institucionalização de grupos e militantes feministas, começando pela nova nomenclatura, quando os grupos foram rebatizados de organizações não-governamentais, as ONGs. Assim, a constituição das ONGs foi o primeiro passo da institucionalização de uma série de grupos e propostas de trabalho e a fixação de uma agenda comum que, no começo, era ditada pelo movimento de mulheres e, paulatinamente, passou a ser trazida de fora, através da influência das organizações internacionais e das financiadoras.

Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e foi criado o primeiro Conselho da Condição Feminina, inspirado no similar francês. Esse é o ponto de inflexão. A partir de então abriu-se um campo de atuação dentro do aparelho de Estado. Delegacias especiais para mulheres, serviços de atendimento às vítimas de violência e programas de saúde das mulheres foram sendo criados em várias cidades do Brasil. Ao mesmo tempo, os conselhos da condição feminina foram perdendo sua autonomia e se transformando em órgãos diretamente subordinados às políticas do governador em

exercício o que, via de regra, significou sua despolitização e perda de eficácia. A relativa despolitização do movimento correspondeu ao seu enquadramento dentro de regras jurídicas e do “mercado financiador” monopolizado pelas Fundações *Ford, Rockefeller e MacArthur* frente a uma oferta cada vez maior de serviços para a mulher, transformando parcela das feministas em profissionais competentes de políticas sociais.

Nesse sentido, a participação de advogadas feministas por ocasião da elaboração da nova constituição possibilitou mudanças fundamentais nas relações jurídicas entre os gêneros. O artigo 226 da Constituição Federal de 1988 desmantelou toda a estrutura jurídica patriarcalista do Código Civil de 1916, baseado no Direito Canônico e que fazia do casamento o único modo de constituição de uma família. A família que aparece na Constituição de 1988 fundamenta-se no princípio de igualdade entre homens e mulheres, sendo que ambos os cônjuges têm os mesmos direitos e deveres. Também fica estabelecido o princípio da igualdade jurídica entre todas as crianças, nascidas ou não dentro de um casamento, naturais ou adotadas. Ademais, a família legal inclui a comunidade formada por um dos pais e sua progenitura, existindo o reconhecimento de diferentes situações familiares.

A vitória de Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil de 1995-2002) e a criação da *Comunidade Solidária* possibilitaram o surgimento de novos postos de trabalho e novas teias de interesse entre governos e os conselhos de mulheres, quer seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Uma mesma trajetória – dos pequenos grupos heroicos do feminismo dos anos 70; sua conversão em ONGs e a luta pelo poder dentro aparelhos de Estado – pode ser observada em vários países latino-americanos à medida em que os movimentos sociais conquistam maior espaço e conhecem as contraditórias consequências de “ser governo”. Análise muito semelhante foi realizada, alguns anos antes, por Anette Goldberg (1987), que assinala a opção “participacionista-liberal” segundo a qual parte da esquerda, “que se havia formado em torno da ideia de “revolução” e de “socialismo”, foi sendo paulatinamente reconduzida e redirecionada.

Impasses atuais

Na Itália, nos anos 70, a esquerda uniu-se, apoiou as feministas, enfrentou o papa e venceu. Divórcio e aborto foram legalizados. A Bélgica e a França também descriminalizaram o aborto em meados dos anos 70. Países de forte presença católica mas, acima de tudo, países em que existe a separação entre Igreja e Estado. No Brasil, foi um ditador protestante quem impôs o divórcio em 1978 e permanecem as restrições legais ao aborto. Ao mesmo tempo, existe uma próspera

indústria de aborto pago, policiais corruptos que fecham os olhos, comprovando que tudo é uma questão de quanto se pode pagar. O próprio Movimento dos Sem Terra – MST, o primeiro movimento que tenta modificar as relações de gênero na prática – com comissões mistas em todos os níveis, também esbarra nos limites das agremiações em que o catolicismo é a ideologia dominante. E aqui temos o círculo vicioso: as igrejas são as fontes de moral face ao abandono do Estado e as igrejas são contra o aborto, que as mulheres pobres fazem em piores condições e depois buscam o perdão do padre. Nesse sentido, há que se perguntar o porquê do fiasco latino americano em enfrentar o poder da Igreja e ressaltar a importância das virtudes republicanas.

Uma outra dimensão alarmante é o avanço da política do **vitimismo**, que transforma todas as reivindicações de direitos em políticas de reparação. Retornando ao elogio de Arendt aos jovens de 1968 por sua “determinação para agir, alegria em agir e certeza de poder mudar as coisas pelos seus próprios esforços”, vemos como essas características desaparecem quando o “sujeito” da reivindicação torna-se o sujeito dependente da caridade e de políticas compensatórias. De fato, do ponto de vista subjetivo, a característica mais forte do movimento de 68 foi a afirmação de desejo de toda uma geração. Foram sujeitos de seus desejos e sofreram as consequências de seus atos e dos riscos que deles decorriam.

FEMINISM AND POLITICS: FROM THE 1960S TO THE PRESENT DAY

ABSTRACT: *This text depicts a historical period rich in transgressions, whose point of inflection are the revolts of 1968 and all that they brought back to the contemporaneity. In this period, a special event left its mark in the 20th Century: the emergence of women as subjects of their own history.*

KEYWORDS: *Politics. Feminism. Transgression. Codes of genre.*

Referências

ARENDRT, H. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREDERICO, C. A presença de Lúkács na política cultural do PCB e na Universidade. In: MORAES, J. Q. de. **História do Marxismo no Brasil: os influxos teóricos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995. v.2. p.183-221.

GARCIA, M. A. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu** – Núcleo de Estudos de Gênero. Campinas, n.8/9, p.319-342, 1997.

GOLDBERG, A. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em uma ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

MAIA, D. A morte, as donzelas e a canção dos pescadores. In: FREIRE, A. A. I.; PONCE, J. A. de G. (Org.). **Tiradentes**: um presídio da ditadura – Memória de presos políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p.96-107.

RIDENTI, M. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, D. **Exílio**: entre raízes e radares. São Paulo: Objetiva, 1999

TODOROV, T. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WALLERSTEIN, I. 1968, révolution dans le système mondial. **Les Temps Modernes**. Paris, v.44, n.514/515, p.154-176, maio-jun. 1989.

Recebido em: 22/10/2011

Aprovado em: 30/10/2011

